



Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

(Art.º 62.º e ss. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação)

REGISTO DE ENTRADA	DESPACHO	PARECER	RESOLUÇÃO
Reg.n.º _____ Liv.º _____ Proc.ºn.º _____ N.ºDoc. _____ _____ _____ _____/_____/20_____ O FUNCIONÁRIO, _____	Para constituir processo e informar em conformidade. _____/_____/20_____ O DIR. DE DEPARTAMENTO, _____	_____ O GESTOR DE PROCEDIMENTO, _____	<input type="checkbox"/> DEFIRO a pretensão conforme Parecer e emita-se o respectivo Alvará <input type="checkbox"/> Realize-se a Vistoria _____/_____/20_____ O PRESIDENTE DA C.M.AVIS, _____

ESPAÇO RESERVADO PARA OS SERVIÇOS

Ex.mo Sr. Presidente da

Câmara Municipal de Avis

REQUERENTE

(1) _____, contribuinte fiscal n.º _____ com
sede/morada no(a)/em _____,

telefone _____ e endereço electrónico _____, na qualidade de

(2) _____ do prédio/fracção sito(a) no(a)/em _____

_____, inscrito na matriz

predial sob o Art.º n.º _____ da freguesia de _____ e descrito na Conservatória do

Registo Predial sob o n.º _____, o(a) qual foi objecto da operação urbanística constante do

Processo de Licença ou Comunicação Prévia n.º _____ de _____ e titulado pelo Alvará de Licença/Termo

de Admissão da Comunicação Prévia n.º ____/____/_____, requer a V.Exa, nos termos do RJUE, a:

Emissão do ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO para (3) _____, em conformidade com
o disposto pelo Art.º 64º do citado diploma legal, declarando que as obras foram concluídas em (4) _____ e
se encontram de acordo com as exigências legais, conforme certificado pelos Termos de Responsabilidade do Director de
Fiscalização de Obra e do Director Técnico de Obra.

ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO para (3) _____, ao abrigo do disposto pelo
n.º2 do Art.º 62º do citado diploma legal, declarando que a actual Utilização é titulada pelo Alvará n.º _____ de
_____, conforme consta do Processo n.º _____ de _____.

Para os efeitos devidos, junto a documentação discriminada no verso do requerimento.

Pede deferimento,

_____/_____/20____

O REQUERENTE, _____ C.Cidadão/B.I. n.º _____, Válido até ____/____/____

AUTORIZO QUE AS NOTIFICAÇÕES NO ÂMBITO DESTES PEDIDOS SEJAM REALIZADAS POR VIA ELECTRÓNICA, NOS TERMOS DO ART.º 121º DO RJUE

(1) - Nome do requerente, seja pessoa singular ou colectiva. Neste último caso, deverá referir em que qualidade o faz, juntando comprovativo dessa qualidade e apresentar documento que a tanto o autoriza; (2) - Proprietário, mandatário, usufrutuário, superficiário, promitente comprador; (3) - Indicar o fim a que se destina o edifício/fracção objecto da operação urbanística; (4) - Data da conclusão da operação urbanística;

- Documento(s) comprovativo(s) da legitimidade do requerente;
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor, emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
- Indicação do código de acesso à Certidão Permanente do registo predial;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo Director de Obra, acompanhado de declaração ou prova de reconhecimento da capacidade profissional, emitida pela respectiva ordem profissional;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo Director de Fiscalização, acompanhado de declaração ou prova de reconhecimento da capacidade profissional, emitida pela respectiva ordem profissional;
- Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, conforme modelo a que refere a alínea d) do n.º 25 da Portaria n.º 113/2015 de 22.Abr.;
- Certificado SCE, emitido por perito qualificado;
- Termo de responsabilidade subscrito por técnico habilitado, relativo à conformidade da obra com o Projecto Acústico;
- Avaliação Acústica;
- Cópia do Alvará de Licença de Obras ou Termo de Admissão da Comunicação Prévia;
- Telas Finais, quando aplicável;
- Livro de Obra, quando tenham sido realizadas obras;
- Ficha de elementos estatísticos (*em modelo do INE*);
- Plantas de Localização, enquadramento e implantação à escala adequada, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da intervenção (*de acordo com os dados do GeoPortal / Município de Avis*);
- Memória Descritiva e Quadro Sinóptico com índices e parâmetros urbanísticos da operação urbanística;
- Cópia da notificação da Câmara Municipal, a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor;
- Termo de Responsabilidade relativo à conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares, bem como à idoneidade do edifício ou fracção autónoma para o fim pretendido;
- Elementos específicos legalmente exigíveis (*identificar regimes jurídicos*): _____;
- _____;

1. Visto o Processo de Licença / Comunicação Prévia n.º ____ / ____ - ____ de _____, cujo titular é _____, os respectivos Termos de Responsabilidade legalmente exigíveis e o Alvará de Licença / Legalização / Termo de Admissão da C.Prévia n.º ____ / ____ de _____;

2. Verificada a instrução do Processo, considera-se de informar que:

- o pedido encontra-se devidamente instruído nos termos da Portaria n.º 113/2015 de 22.Abr.;
- o pedido não está instruído de acordo com o disposto nos n.ºs 25 e 26 do Anexo I da Portaria n.º 113/2015 de 22.Abr., encontrando-se em falta/omisso os seguintes elementos: _____

_____;

- o pedido não está instruído com os Termos de Responsabilidade previstos nos n.ºs 1 e 2 do Art.º 63º do RJUE;
- em face dos elementos constantes do pedido e/ou livro de obra, existem indícios de desconformidade com o projecto aprovado, nomeadamente: _____

_____;

3. Conclusão:

- Considera-se de deferir o pedido, com vista à emissão do respectivo Alvará de Autorização de Utilização;
- Considera-se de notificar o(a) requerente ao abrigo do n.º 3 do Art.º 11º do RJUE, para aperfeiçoar o pedido com os elementos identificados no Ponto 2 da informação;
- Face ao teor da informação no Ponto 2, deverá ser determinada a realização da vistoria nos termos do n.º 2 do Art.º 64.º do RJUE;